

Análise Paradigmática e Sintagmática em Pesquisa Qualitativa com Dados de Linguagem Humana

Simone REIS*

* Doutora em Ciências Sociais (2005) pela Radboud Universiteit Nijmegen, Holanda (título revalidado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp). Mestre em Linguística Aplicada junto à Unicamp (1998). Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Londrina. Contato: simonereiss@gmail.com.

Resumo:

Este artigo apresenta a *Análise Paradigmática e Sintagmática* (APS), abordagem-método científico para análise qualitativa de dados de linguagem humana. Criado na Linguística Aplicada, este produto indutivo-dedutivo supre lacunas das conhecidas abordagens e dos métodos denominados Etnografia e Grounded theory. Possibilita responder perguntas de pesquisa e gerar teoria fundamentada nos dados, considerando sua totalidade e suas especificidades, com síntese analítica e sem reprodução, sem espelhamento e sem paráfrase de dados. Constituindo-se de duas fases principais, na primeira – a paradigmática –, examinam-se os dados verticalmente e criam-se classificações, que, ao final, são dispostas harmonicamente em hiperônimos e respectivos hipônimos sob determinada dimensão. Na segunda fase – a sintagmática –, o pesquisador faz as asserções-respostas às perguntas de pesquisa usando as classificações elaboradas na primeira fase e levando em consideração o poder epistemológico e ontológico que a linguagem exerce. Enquanto abordagem-método, esse caminho científico é calcado em intersubjetivação dialógica e por princípios éticos emancipatórios.

Palavras-chave:

Análise Paradigmática e Sintagmática (APS). Pesquisa qualitativa. Linguagem humana.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 21, n. 2, p. 147-171, ago. 2018

Recebido em: 22/03/2018

Aceito em: 30/08/2018

Análise Paradigmática e Sintagmática em Pesquisa Qualitativa com Dados de Linguagem Humana

Simone Reis

Neste artigo, apresento a *Análise Paradigmática e Sintagmática* (APS), enquanto abordagem de pesquisa e método de análise construído na Linguística Aplicada para examinar dados especialmente verbais. Primeiramente, refiro-me ao contexto em que venho desenvolvendo a APS. Ao fazê-lo, exponho características e limites de grandes metodologias de investigação e métodos de análise: a etnografia e a *Grounded theory* (GT). É justamente suas lacunas que me motivaram a desenvolver raciocínios, princípios, procedimentos e ferramentas da APS. Em segundo lugar, passarei à apresentação da ontologia, da epistemologia e da ética da APS. Então, descrevo os procedimentos da APS, desde as análises preliminares de dados ao relato final da investigação. Enquanto meio para construir conhecimento, concebo a APS em estado de permanentes incompletude, provisoriedade e desenvolvimento, como têm sido a linguagem humana e grande parte do conhecimento produzido por seres humanos.

CONTEXTO DE ORIGEM

A *Análise Paradigmática e Sintagmática* tem origem em meu trabalho junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina. Ela é fruto de esforços para “didatizar alguns procedimentos da *Grounded theory* (GT) por meio de conceitos linguísticos facilitadores para compreensão dos propósitos de leitura, codificação, categorização e teorização” (REIS, 2015, p. 1). Do método analítico da GT (GLASER; STRAUSS, 1967; STRAUSS; CORBIN, 1990), a APS adota as leituras cíclicas de dados, constante comparação e capacidade de síntese. Da metodologia etnográfica, a APS toma o princípio da consideração da totalidade dos dados (ERICKSON, 2004). Porém, a APS se distingue da GT e Etnografia por sua ancoragem em conceitos linguísticos e por consideração da linguagem enquanto instrumento de poder.

Ontologia

Por ter a linguagem humana como material de análise, a APS tem ontologia essencialmente subjetivista, relacional, relativista e crítica. Portanto, o pesquisador é parte integrante da realidade. O que sabe, pensa, como vê a si próprio e aos outros, bem como os objetos e fenômenos à sua volta estão vinculados à sua própria existência, individualidade e capacidade de relacionar-se com o mundo e com os outros. Além disso, a realidade é um

campo de ideologias e exercícios de poderes que tanto a formam, por meio de seus membros, quanto a estes transforma.

Epistemologia

Logo, a epistemologia da APS é relativista, subjetivista, dialógica e crítica. O conhecimento é dependente do contexto, aberto, dialógico, provisório, parcial, investido de poder, inacabado e necessariamente imperfeito enquanto construção humana.

Ética

Seu caráter distinto é sua compreensão e prática de princípios éticos na construção de saberes, independentemente do tipo de dados de linguagem humana, quer pré-existentes ao início da pesquisa ou gerados por ela.

A compreensão de ética deixa de ser circunscrita aos interesses do pesquisador que jamais volta ao contexto da pesquisa senão para usá-lo como fonte de dados. A ética que defendo vai além da formal (CHRISTIANS, 2006) ou burocrática (REIS; EGIDO, 2017), que se ampara apenas em termo de consentimento livre e esclarecido e, quando é o caso, termo de assentimento livre e esclarecido.

Defendo que o retorno do pesquisador aos participantes da pesquisa seja parte da própria metodologia da pesquisa e feito antes de seu término. Esse retorno do pesquisador *aos* participantes difere-se de *devolutiva* de resultados *para* estes, pois a finalidade ultrapassa interesses de confirmação de análise do pesquisador. O retorno é um procedimento e um processo de poder, algo a ser feito com a possibilidade de relativizar as pretensões de certezas do pesquisador. Sua intenção é ouvir as vozes dos participantes; é evitar afirmações que, em forma de pretendido conhecimento resultante da pesquisa, venham a feri-los, prejudicá-los, causar-lhes danos em sua imagem, em sua autoestima, em sua identidade. Essa tem sido minha defesa em pesquisa porque a linguagem faz coisas às pessoas. Portanto, se uma pesquisa não pode fortalecer seus participantes, ela não deve vulnerabilizá-los.

A APS se caracteriza por entender a linguagem humana como instrumento de poder; o conhecimento como relativo, provisório, parcial, sempre carregado de poder; as vozes dos participantes como indispensáveis para fortalecer conhecimentos e conhecedores; seus saberes, suas razões como integrantes da construção essencialmente dialógica, transformadora e fortalecedora de identidades.

A inclusão das vozes de participantes, por exemplo, significa a inclusão das vozes dissonantes entre eles. O trabalho de análise vai além da conveniência das respostas unânimes, da regularidade de evidência do que se espera encontrar expressos na linguagem humana. A classificação dos dados resulta das tentativas de incluir aquilo que poderia ser entendido como diferenças, assim: predominante x raro, eventual, uni-episódico; comum x incomum. Ao contrário de metodologias e métodos que ou indicam o expurgo do dissonante, do desviante, do incomum, do excepcional porque não têm utilidade para sustentar uma

afirmação quase unânime relativa a determinado grupo de participantes (e.g. GT), ou daquela que recomenda refazer a pergunta de pesquisa quando as exceções se avolumam (e.g. Etnografia), a APS propõe a consideração e manutenção dos dados que podem ser tomados por outrem como improdutivos. Essa é uma decisão de ordens metodológica, ontológica, epistemológica e ética, pois, se nos lembrarmos que estamos lidando com linguagem humana, nossa capacidade de sermos solidários com o participante nos chama à consciência o fato de que exclusões silenciam e isso é exercício assimétrico de poder.

A APS requer do pesquisador cuidado ao relatar a pesquisa, fazendo-o com essa consciência do *poder da linguagem*, desde a classificação dos dados na fase inicial à redação final¹. Esse poder está na linguagem, em quem a usa e nos contextos onde é usada e aos quais se refere. Portanto, para os Estudos da Linguagem, o uso de uma unidade mínima linguística dotada de significado implica em privilegiar um uso em detrimento de outros possíveis, com as consequências semânticas que vão além do plano material da linguagem. Essas consequências podem reforçar ou enfraquecer (pre)conceitos, contribuir para eternizá-los ou dissipá-los.

Tendo introduzido o contexto de origem da APS, sua ontologia, epistemologia e ética, compartilho a seguir os seus procedimentos metodológicos.

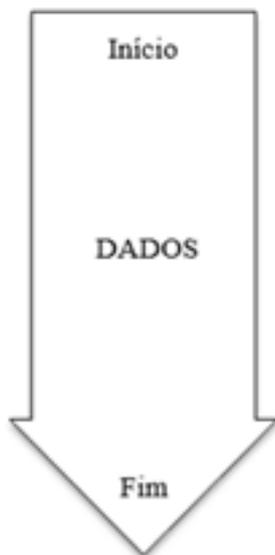
ANÁLISE PARADIGMÁTICA

O atributo paradigmático da APS deve-se ao modo como a análise inicia e se desenvolve antes de chegar à fase seguinte (sintagmática). O pesquisador faz várias leituras dos dados para finalidades distintas e interligadas: (1) compreensão geral do conteúdo dos dados; (2) conhecer a relação destes com as perguntas de pesquisa; (3) identificar e anotar seus temas e respectivas ocorrências e recorrências; identificar pontos convergentes e/ou divergentes; (4) elaborar grades analíticas indutivo-dedutivamente² a partir dos dados,

¹ Vide Reis (2014); Chimentão, 2016; D'Almas, 2016; Reis; Egido e Francescon (2017). Agradeço a Alex Alves Egido pela sugestão de inclusão de referências.

² Uma análise dificilmente inicia e termina com anotações classificatórias dos dados que sejam comuns a todos os participantes. É possível que, em busca de respostas a uma determinada pergunta, à medida em que se passa à leitura de dados de outros participantes, cada conjunto individual de dados requiera classificações particulares. Frente a essas demandas, o pesquisador pode ou (a) rascunhar classificações adicionais e modificar classificações anteriores; (b) ou fazer apenas anotações junto aos dados, para, após outra leitura do conjunto todo de dados, certificar-se da sustentabilidade de novas classificações para dados que se mostrem recorrentes. Após algumas leituras de todo o conjunto de dados, o pesquisador tem clareza de quais classificações foram possíveis apenas no início da análise ou se referiam ao conjunto de dados, por exemplo, do primeiro participante da pesquisa. O pesquisador sabe o que se tornou recorrente e o que, mesmo por uma única ocorrência, consiste em importante ponto de contraste a ser considerado. Então, seu desafio na APS é classificar as anotações feitas ao longo das leituras dos dados em termos hiponímicos, primeiramente, e, depois, hiperonímicos.

por exemplo, de cada participante, e justapô-las para alinhamento de pontos convergentes/ temas em comum. A Figura 1 indica a direção da leitura cíclica dos dados, sentido esse com alusão paradigmática.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 1 – Direção da leitura cíclica dos dados, em sentido paradigmático.

Atualmente, tais alinhamentos são facilitados com recursos computacionais, sendo possível mover conteúdos de células de modo que sejam visualizáveis em uma mesma linha. É nessa linha que podemos ver convergências e divergências e propor o(s) hipônimo(s) que lhes cabe(m) e respectivo(s) hiperônimo(s).

Ao longo das leituras e classificações dos dados, o pesquisador deve ter em mente *em que termos* a linguagem do participante responde a(s) pergunta(s) de pesquisa. Tendo em vista que hipônimos e hiperônimos são nominais (substantivos), a classificação da linguagem pode ser facilitada completando-se esta frase: “A resposta do participante é *em termos de ...*”.

Idealmente, ao final da análise paradigmática dos dados de cada um dos participantes, temos grade(s) analítica(s) individuais e globais. No exemplo a seguir (Quadro 1), a grade permite visualizar a síntese a que se chega, por exemplo, após justaposição das grades analíticas de todos os participantes. Esta consiste de quatro colunas. Da esquerda para direita, a coluna I destina-se a hiperônimos; a coluna II traz hipônimos que se relacionam ao hiperônimo da coluna anterior. Na coluna III registram-se o(s) participante(s) cujos dados se classificam por tais hipônimos e respectivos hiperônimo. A coluna IV traz excerto ilustrativo da classificação a que se refere, e seu conteúdo serve para constante referência, o que contribui para evitar criação de classificações redundantes.

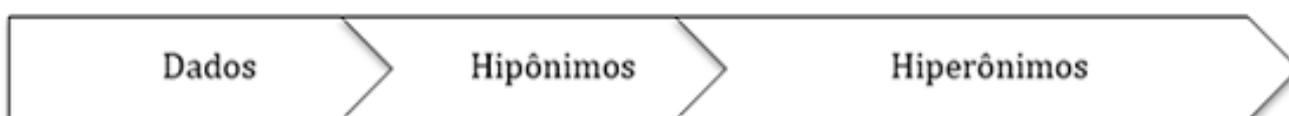
Quadro 1 – Exemplo de grade analítica paradigmática

I	II	III	IV
HIPERÔNIMO A	Hipônimo A	Participante(s)	Excerto
	Hipônimo B	Participante(s)	Excerto
	Hipônimo C	Participante(s)	Excerto
	Hipônimo D	Participante(s)	Excerto
HIPERÔNIMO B	Hipônimo A	Participante(s)	Excerto
	Hipônimo B	Participante(s)	Excerto
	Hipônimo C	Participante(s)	Excerto

Fonte: Elaborado pela autora.

Os hipônimos devem ser distintos uns dos outros e, ao mesmo tempo, interligados por um hiperônimo. Hiperônimos devem ser distintos uns dos outros e não necessariamente interligados. Quando o significado de um hiperônimo é muito próximo do significado de outro, os hipônimos devem ser repensados, pois, provavelmente, podem ser agrupados com os hipônimos de outro hiperônimo, sendo que tanto sua denominação hiponímica quanto sua ligação hiperonímica podem requerer renomeação para que façam sentido nessas duas ordens.

Para fazer uma análise, o ponto de partida são os dados e o de chegada são os hiperônimos (Figura 2). Estes equivalem a *dimensões* em termos das quais as interpretações podem ser relatadas. Já os hipônimos correspondem a *categorias* na GT. Eles permitem subdivisões hiponímicas, isto é, *subcategorias* na GT, para particularizações e detalhamentos.



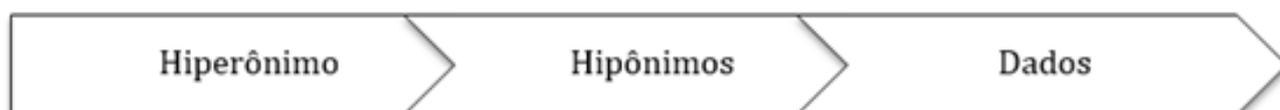
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 – Sequência para realizar análises:

Embora a análise paradigmática seja feita com o mesmo movimento vertical e cíclico de leituras, por método indutivo-dedutivo, conforme estabelecido na GT, seu propósito e forma da análise são distintos. Enquanto a GT prevê o descarte de categorias pouco ou não recorrentes a todos os conjuntos de dados (por exemplo, a todos os participantes), a APS pode englobá-los por meio de ajustes hiponímicos e hiperonímicos. Outro traço distintivo da APS é que os conceitos linguísticos de hipônimo e hiperônimo tornam mais clara a tarefa de *análise* de dados (em lugar de *reprodução*, *paráfrase* ou *espelhamento*). Essa não é uma

preocupação da GT, tampouco de outras metodologias de pesquisa e métodos de análise, os quais não restringem em relatos de pesquisa a utilização de termos reprodutivos, sejam eles paráfrases ou espelhamentos dos dados.

A APS possibilita relatar as interpretações com o conteúdo da(s) grade(s) analíticas de modo *sintético*³, por meio dos hiperônimos e hipônimos; *analítico*, evitando reprodução dos dados; e *concreto*, por meio de excertos ilustrativos. Para APS, enquanto os esforços de interpretação se dão em uma sequência (viz. dados > hipônimos > hiperônimos), o relato da pesquisa percorre tal sequência inversamente (viz. Hiperônimos > hipônimos > dados – Figura 3).



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 3 – Sequência para relato de análises:

Como estilos de relatos das interpretações analíticas, a APS permite que eles sejam sucintos, sem prejuízo de seu rigor (e.g. REIS, 2014; SENEFFONTE, 2014; CHIMENTÃO, 2016; D’ALMAS, 2016; REIS; EGIDO; FRANCESCON, 2017). Por questão de transparência metodológica, em especial quando se trata de dissertações e teses, recomendo apensar todas as grades analíticas construídas ao longo da pesquisa, incluindo aquelas com as classificações iniciais dos dados, de modo a evidenciarem seus refinamentos⁴. Além disso, para facilitar a compreensão do que cada dimensão, categoria e subcategoria(s) significa, o pesquisador oferece um glossário, em geral, antes da apresentação de suas interpretações. Os termos desse glossário se aplicam no contexto da pesquisa em relato (correspondendo à epistemologia subjetivista, relacional e relativista da APS), sendo que podem ser aproveitados parcial ou integralmente em outras análises. Quando esse é o caso, os termos do glossário (classificações) desempenham um papel dedutivo para análises e podem ser mantidos ou descartados ao longo da classificação dos dados de novas pesquisas. O pesquisador referencia a origem de cada termo emprestado de pesquisas precedentes, e essa prática contribui para continuidade de nossos pavimentos em pesquisa. São exemplos de relatos de pesquisa com glossários construídos pela análise dos dados as teses de Coradim (2015), Chimentão (2016) e D’Almas (2016).

³ Essas possibilidades da APS a distinguem também da Etnografia, posto que esta, enquanto metodologia e método, requer relatos de pesquisa densos, detalhados, descritivos e informativos, inclusive com excertos usados para autoexplicação, desacompanhados de asserção analítica por parte do pesquisador.

⁴ Vide Senefonte (2014); Coradim (2015); Chimentão (2016); D’Almas (2016).

ANÁLISE SINTAGMÁTICA

O atributo sintagmático da APS refere-se à *direção horizontal do olhar* do pesquisador para as relações entre as *dimensões* resultantes da análise paradigmática (Figura 4). Ressalto que a análise sintagmática difere-se das gramaticais de cunho sintático, oracional, frasal ou sintagmático, que precisam não somente adotar seus descritores convencionados e, não raro, expressam resultados ou análises nesses termos formais – em detrimento dos significados e do poder da linguagem analisada. Entendo que relatos de pesquisas interessadas em *significados* podem dispensar o protagonismo terminológico linguístico.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 4 – Direção do olhar do pesquisador para estabelecer relações entre ideias

Em lugar de limitar as possibilidades de realização da língua sob descritores linguísticos^{5,6}, a APS se ocupa, na fase de análise sintagmática, com as relações que, ao expor suas interpretações, o pesquisador estabelece entre ideias que construiu na fase analítica paradigmática. Em outras palavras, a APS não tem por finalidade em relatos de pesquisa o relevo linguístico, pois está comprometida com o conteúdo e significado da linguagem e não de forma estática, previsível, pretendidamente estável, mas dependente do seu contexto de origem, da subjetividade daqueles quem a interpretam, das relações de poder entre atores sociais. Estou também reafirmando as propriedades ontológicas e epistemológicas da APS.

Presentemente, entendo que *ideias* (i.e. o que afirmamos sobre os hiperônimos e seus hipônimos) podem ser enunciadas de modo a expressarem uma diversidade de efeitos de sentido, quando relacionamos *uma ideia* com *outra*. Alguns exemplos: adição, assimetria, associação, causalidade, comparação, concessão, concorrência, consequência, contraste, coordenação, custódia, dependência, discriminação, disputa, exceção, exclusão, inclusão, independência, inferioridade, integração, oposição, simetria, subordinação, superioridade, etc.

⁵ Agradeço à Dra. Lilian Kemmer Chimentão, pela leitura deste texto e pela sugestão de inserção de exemplos.

⁶ Alguns exemplos: *sintagmas* (nominal, adjetival, adverbial, verbal, preposicional); *orações coordenadas* (sindéticas ou assindéticas), *subordinadas* (substantivas, adjetivas, adverbiais); em tipos de frases (nominais, verbais, interrogativas, declarativas, exclamativas, imperativas, optativas); etc.

Ao fazer determinadas escolhas de uso da linguagem, o pesquisador exerce poderes que servem, direta ou indiretamente, para promover, dentre tantas possibilidades, estabelecimento, fortalecimento, questionamento, enfraquecimento e/ou superação de valores e ideias. Por isso, tanto na fase de análise paradigmática quanto na sintagmática, decisões do pesquisador podem implicar em consideração ou desconsideração do que possam ser exceções, desvios ou diferenças.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

À conclusão da presente escrita, gostaria de salientar dois elementos essenciais da APS enquanto *metodologia* de pesquisa: seus *princípios* dialógicos e éticos. O dialogismo, por meio de intersubjetivação⁷ de análises (que pode também contribuir para o rigor científico dos estudos), envolve outros usuários da linguagem nas duas fases da APS. Na primeira, para segurança e confiança na pertinência, inteligibilidade das classificações; para suporte ao trabalho analítico em situações de dúvidas (e.g. CORADIM, 2015; CHIMENTÃO, 2016; D'ALMAS, 2016). Ao pesquisador iniciante no uso da APS, a figura de par experiente é fundamental para que as classificações analíticas sejam feitas com confiança, requisito essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Na segunda fase, a intersubjetivação de análises acolhe discussão e questionamentos de implicações decorrentes das afirmações analíticas, especificamente quanto aos modos como as ideias tomam materialidade por meio do relato do pesquisador⁸.

Sem consideração da voz do outro e dos outros na construção de conhecimento, as chances de dialogismo, de intersubjetivação são nulas. O dialogismo postulado pela APS requer *que o pesquisador reencontre seus participantes e aprenda com o retorno que estes lhe darão, ao conhecerem o relato da pesquisa antes da sua finalização*. Aprender com o Outro requer acolher dúvidas, questionamentos, correções e pedidos de supressões⁹ que ele venha a manifestar; requer também compartilhar com ele, o participante (o Outro), as reconsiderações no relato final da pesquisa feitas com base na voz do participante.

O dialogismo, portanto, é um requisito para prática de *ética emancipatória* em pesquisa. Esse tipo de ética valoriza a voz do outro e assim o empodera. Ela pode ser pensada na concepção do desenho de uma pesquisa, e sua realização na prática tem sido possível em

⁷ Para uma referência de intersubjetivação por instrumentos humanos, vide Reis (2008).

⁸ A construção de conhecimento nesta segunda fase é apoiada pelas leituras, questionamentos, sugestões e críticas de pares. Estes são exemplos de referências de teses que passaram por essa segunda fase com a participação de vários membros do grupo de pesquisa CNPq *Linguagem & Poder*. Coradim, 2015; Chimentão, 2016; D'Almas, 2016.

⁹ D'Almas (2016) recebeu de uma de suas participantes pedido de supressão de informações que não necessariamente prejudicaria o relato final e que a pouparia de possível desgaste de relação social. Agradeço à Dra. Juliane D'Almas pela sugestão de inclusão dessa informação neste texto.

vários estudos (REIS, 2014; SENEFONTE, 2014; FRANCESCON, 2014; CORADIM, 2015; CHIMENTÃO, 2016; D'ALMAS, 2016; REIS; EGIDO, 2017; REIS; EGIDO; FRANCESCON, 2017), incluindo projetos em desenvolvimento (viz. SENEFONTE, 2016; SECCATO, 2017; PETRECHE, 2017).

Escrever sobre a APS (em síntese constitutiva no Quadro 2) exige-me retrospectiva sobre práticas de pesquisa nos últimos anos, permite-me afirmar que enquanto método ela vem se aperfeiçoando pois é no envolvimento com tarefas de análises que surgem dificuldades a serem compreendidas, explicadas e superadas. Esse resgate de conhecimentos em construção me permite aqui compartilhá-los, com o desejo de que possa iluminar caminho de investigação de outros pesquisadores; que experiências futuras com a APS forneçam críticas para lapidá-la e fortalecê-la na área de Estudos da Linguagem.

Quadro 2 – Análise Paradigmática e Sintagmática (APS)

Fase	Paradigmática	Sintagmática
Caraterística		
<i>Natureza</i>	Qualitativa	Qualitativa
<i>Ontologia</i>	Subjetivista e crítica	Subjetivista e crítica
<i>Epistemologia</i>	Contextual, relacional, relativista, dialógica, crítica	Contextual, relacional, relativista, dialógica, crítica
<i>Objetivo</i>	Classificar dados em hipônimos e hiperônimos	Estabelecer relações entre ideias considerando questões de poder
<i>Direção de leitura</i>	Vertical, cíclica	Horizontal
<i>Raciocínio</i>	Indutivo-dedutivo, crítico	Crítico
<i>Produtos</i>	Grades analíticas	Asserções
<i>Cuidados</i>	Relações de poder Redundâncias	Relações de poder
<i>Intersubjetivação</i>	Dialógica	Dialógica
<i>Ética</i>	Emancipatória	Emancipatória

Fonte: Elaborado pela autora

Acréscimos Finais

Nesta seção, proponho que a leitura seja feita como a de um apêndice, posto que nela trago o primeiro ensaio sobre a APS quando ainda em estágio embrionário, em 2015. Ao mesmo tempo em que ele permite ao leitor conhecer a expansão das compreensões sobre essa metodologia e método de análise, o ensaio fornece informações específicas sobre as metodologias e métodos dos quais a APS se diferencia. Então, passo a ilustrações de princípios, elementos constitutivos (especificamente, de hiperônimos e hipônimos) e do

resultado de sua aplicação, por meio de extratos analíticos de pesquisas concluídas. Espero que esse acréscimo seja suficiente para estender as compreensões que me facultam sistematizar a APS.

Esta foi a primeira sistematização da APS, em 28 de abril de 2015:

ANÁLISE PARADIGMÁTICA E SINTAGMÁTICA

Simone Reis

A Análise Paradigmática e Sintagmática (APS) é uma abordagem qualitativa criada na Linguística Aplicada para examinar dados de linguagem, especialmente verbais. Ela foi desenvolvida em minhas pesquisas no campo da Cognição, bem como em meu trabalho de orientação de pesquisas de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina.

A APS é uma tentativa de didatizar alguns procedimentos da Grounded theory (GT) por meio de conceitos linguísticos facilitadores para compreensão dos propósitos de leitura, codificação, categorização e teorização. Estou ciente de que, ao pronunciar conceitos linguísticos, posso causar confusão a pesquisadores familiarizados com o método Grounded theory (posto que “conceito” na GT é fase intermediária entre codificação e categorização).

Antes de apresentar as características da APS, vou me referir à GT. Trata-se de opção tanto de abordagem quanto de método. Enquanto abordagem, a GT bem se classifica como opção pós-positivista, posto que busca formulação de teoria gerada a partir dos dados (portanto, diferente de aplicação dedutiva de teoria sobre os dados). Inicialmente, seus precursores (Glaser e Strauss, na década de 1960) salientavam que o método se distinguia pela comparação constante dos dados, à medida em que tais eram analisados indutivo-dedutivamente. Eles propunham o exame inicial de amostra dos dados, indutivamente, com vistas a gerar grade analítica, para posterior exame dedutivo-indutivo do restante dos dados. A partir da elaboração da primeira grade, esta poderia ser expandida e ou modificada, de tal modo que tais alterações implicariam na releitura de todos os dados, daí a constante comparação.

Minha leitura sobre a GT se deu no início deste milênio, apenas, com acesso a publicações da década de 1990 de Strauss e Corbin. Esses autores propõem o exame sistemático dos dados e a progressão de seu método de análise por fases que denominam (1) codificação, (2) conceituação, (3) categorização e (4) teorização. Os autores conservaram os princípios de análise de amostra, comparação constante e leitura cíclica dos dados. Em seus escritos da década de 1990, Strauss e Corbin oferecem como um exemplo de beneficiária da GT a área biológica. Os autores cogitam, a título de ilustração, uma pesquisa baseada na GT para identificar uma determinada doença. Os autores, então, referem-se a outros princípios da GT:

exclusão de dados que não servem à sustentação da teoria emergente; coletas adicionais durante o processo de análise, visando à obtenção de dados que sustentem tal teoria.

Embora a utilidade da GT tenha sido apontada para estudos etnográficos, minha interpretação é a de que sua contribuição se restringe ao método analítico indutivo-dedutivo iniciado por exame de amostragem e posteriormente por comparação constante ao longo de leituras cíclicas. Defendo que a GT, por desprezar dados que possam oferecer contra-evidências à teoria emergente, distancia-se da etnografia. Esta, sabemos, tem por princípio a consideração da totalidade dos dados, sendo que, em caso de alteração no plano inicial de pesquisa, ela demanda apenas reformular a pergunta, de modo a possibilitar a consideração do conjunto de dados.

Uma dificuldade comumente vivenciada por pesquisadores não familiarizados com a GT é justamente como codificar, conceituar, categorizar e teorizar. Assim, inicialmente, na fase de codificação, e aqui estou adentrando na APS, admitem-se anotações daquilo que é recorrente nos dados de linguagem, seja em forma vocabular (palavras recorrentes), seja por meio de frases (impressões e ou interpretações do pesquisador) que podem ser escritas à margem dos dados em geral transcritos. Desde essa fase inicial de análise, evitam-se reprodução, espelhamento e paráfrase dos dados (o que não é preocupação da GT, tampouco da etnografia). Para tanto, as anotações devem recorrer ao conceito de hipônimo, que, por si, já se trata de uma categoria subordinável a hiperônimos (outro conceito linguístico central da APS). São exemplos de hipônimos: carro, bicicleta, caminhão. Um exemplo de hiperônimo para esses hipônimos pode ser meio de transporte.

Assim como a GT, a APS inicia com análise de uma amostra dos dados visando à geração de uma grade analítica. A diferença é que a APS gera grades contendo, preferencialmente, hipônimos. Outras características da APS em comum com a GT é que ela solicita leitura cíclica¹⁰ dos dados, indutivo-dedutivamente, para fins de ajustes nas grades analíticas até que se chegue a uma versão que melhor se aplique ao conjunto dos dados. A direção da leitura dos dados é paradigmática, do início ao fim (para então reiniciá-la).

As grades analíticas geradas por meio da APS devem ser refinadas, agrupando-se os mesmos tipos de ocorrências registradas, assim como categorias (hipônimos) semelhantes. Isso pode ser feito no computador em programa comum como Word. O propósito é, na medida do possível, reduzir o número de hipônimos, sem ofuscar o significado dos dados. Tanto hipônimos quanto hiperônimos são revisados, objetivando sua maior redução possível.

Todas as grades analíticas são guardadas para registro do raciocínio analítico¹¹, pois, às vezes, faz-se necessário retornar a hipônimos e ou hiperônimos anteriormente

¹⁰ Traduzo como cíclicas o atributo, em inglês, *recursive*.

¹¹ Recomendo pensar todas as grades analíticas nos relatos de pesquisa de mestrado e doutorado.

propostos. Além disso, esse registro possibilita evidenciar ao leitor externo à pesquisa que a análise, acessível por meio de relato da pesquisa, não se fez imediatamente clara e pronta, mas deriva de processo sistemático e cuidadoso de classificações de dados e suas revisões.

As análises paradigmáticas são bem sucedidas quando as grades analíticas iniciais passam pela denominada Triangulação por Instrumentos humanos (REIS, 2008), isto é, por intersubjetivação da análise (REIS, 2008, CORADIM, 2008, D'ALMAS, 2011; SUZUMURA, 2011; LOPES, 2013, SENEFFONTE, 2014, CHIMENTÃO, 2014; CORADIM, 2014, REIS, 2014).

A APS demanda, a certo ponto, justapor as grades analíticas geradas junto aos dados, em busca de características que se sustentam entre elas. Senefonte ilustra esse processo, que permite desprezar dados que não se provem consistentes (princípio de exclusão). Porém, esse descarte somente é feito após a análise de todos os dados, ao contrário da GT, que pode desprezar dados durante o processo analítico.

Dados usados para geração de teoria, conforme esquema proposto pela orientadora, Dr^a Simone Reis.



Fonte: SENEFFONTE (2014, p. 112).

As grades analíticas construídas por meio da análise paradigmática devem ser lidas em forma de afirmações facultadas pelo que se conheceu por meio do exame exaustivo dos dados e dos processos de revisão das categorizações hiponímicas e hiperonímicas. As afirmações sempre partirão do geral para o específico, logo, de dimensões a que se subordinam categorias, na GT, fazendo referências a tais categorias na enunciação da teoria. Na APS, as afirmações também partem do geral para o específico, logo, de hiperônimos para hipônimos. Recomendo que essa característica seja mantida no relato final de pesquisa.

Afirmações, na APS, são feitas, primeiramente, em forma de frases isoladas. Então, cabe ao pesquisador examinar as possibilidades de relação entre uma afirmação e outra. Reside aí a fase sintagmática da análise, posto que, então, a direção do olhar do pesquisador deixa de ser paradigmática para estabelecer determinados elos entre as ideias elencadas. Nesse ponto, linguagem é instrumento de poder por meio do qual o pesquisador pode veicular ideologias, assim como exercer outras possibilidades, como estabelecer, fortalecer, perpetuar, questionar, abalar, romper ou desfazer valores,

conceitos e práticas sociais de inclusão ou exclusão, de liberdade ou de opressão. Estes são exemplos de articulação entre frases cuja diferença de sentidos faz com que a reflexão sintagmática na APS seja essencial:

Luzia era uma aluna brilhante, adotada por um casal europeu, porém nascera na Colômbia.

Luzia era uma aluna brilhante, adotada por um casal europeu, e nascera na Colômbia.

Ontológica e epistemologicamente, a APS é compatível com o interpretativismo e com o construcionismo social. Defendo que a ética emancipatória é requisito para legitimar o conhecimento que se busca construir. Em outras palavras, não basta o rigor de um método; rigor também demanda consideração do outro e de sua voz.

Comparada a abordagens e métodos consolidados como a Etnografia e a GT, a APS ainda engatinha. Portanto, à medida em que é adotada e exercitada com suporte inicial de pares experientes, ela pode ser aprimorada; seus potenciais melhor conhecidos e suas limitações identificadas por estudiosos da linguagem.

-x-

Universidade Estadual de Londrina
Grupo de Pesquisa Linguagem e Poder

No primeiro ensaio de sistematização da APS (2015), apresentei dois de seus elementos centrais, de origem linguística, o hiperônimo e o hipônimo, por meio de exemplos. Havia deixado, então, para que o leitor, indutivamente, apreendesse seu significado conceitual. Compartilho, a seguir, meu conhecimento sobre ambos:

Hiperônimo e hipônimo são designações de lexemas, definidas pelo tipo de relação que guardam entre si. Eles são tópicos particulares na Semântica (e.g. LYONS, 1977). Nesse campo da Linguística, o que encontramos, em geral, é a definição, em primeiro lugar de Hipônimos. Hiperônimo é mencionado na definição de hipônimos (e.g. LYONS, 1977; MANSOURI, 1985; RIEMER, 2010), sendo que, semanticamente, um hiperônimo é um lexema superior a um hipônimo. Um hipônimo se subordina a ou está contido ou pode ser incluído em um hiperônimo. Porém, é o hipônimo o tipo de lexema que aparece nos sumários dos livros.

A etimologia de *Hipônimo* é grega ('sob' + 'nome'). No século passado, o termo hionímia foi forjado por analogia com sinonímia e antonímia (LYONS, 1977). Porém, o termo se refere a uma relação de sentido muito mais importante do que o sinônimo ou antônimo (CRYSTAL, 1995). A idéia, em Lyons (1977), de que o hipônimo “descreve o

que acontece quando dizemos ‘X é um tipo de Y’, é retomada nas décadas seguintes por linguistas e semanticistas. Estes são alguns exemplos da relação hiponímica expressa por tal formulação:

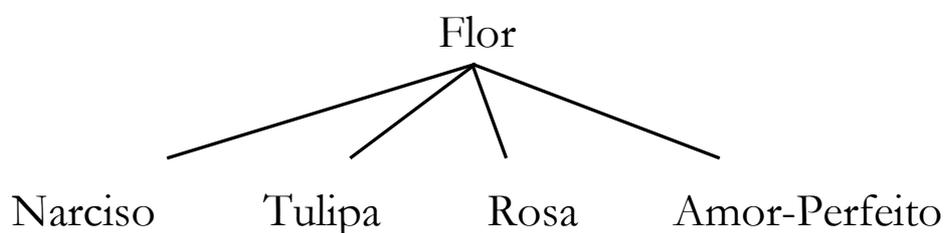
Pinheiro é uma espécie de árvore. (MANSOURI, 1985, p. 77)

Narciso é um tipo de flor. (CRYSTAL, 1995, p. 166).

DVD é uma espécie de vídeo. (RIEMER, 2010, p. 143)

Cavalo é um tipo de animal. (CANN, 2011, p. 456)

Crystal ilustra a relação entre os lexemas por meio de um diagrama que exhibe o termo mais geral no topo (o termo superordenado ou hiperônimo: flor) e os termos mais específicos abaixo (hipônimos: narciso, tulipa, rosa, amor-perfeito).



Hiperônimo (Grego ‘acima’ + ‘nome’) refere-se ao lexema mais geral (LYONS, 1977) cuja relação com um ou mais lexemas é de superordenação (LYONS, 1977; CRYSTAL, 1995; MANSOURI, 1985; RIEMER, 2010). O hiperônimo fica no topo da hierarquia dos hipônimos (RIEMER, 2010). Nesse caso, o(s) outro(s) lexema(s) é (são) hipônimo(s), portanto, subordinado(s) a um hiperônimo. Dito de outro modo: um “conjunto de coisas denotadas por um hipônimo é um subconjunto do conjunto de coisas denotadas pela superordenada” (CANN, 2011, p. 456).

Em consulta a gramáticas da língua portuguesa, encontrei definições de hiperônimo e hipônimo em apenas uma, de Mesquita (2007). Eles os posicionou em uma divisão de tópicos de lexicologia e ofereceu para hiperonímia e hiponímia uma frase para explicar cada termo, com exemplos predominantemente da classe do *substantivo* e um exemplo da classe *verbo*. O gramático definiu como hiperônima “a palavra que possui um sentido mais geral com relação a outras de sentido mais específico” e hipônimas, as “palavras de sentido mais específico com relação a outras de sentido mais geral” (p. 121).

Hiperônimo e hipônimo escapam das definições do Dicionário do Aurélio impresso, mas estão em dicionários online. Suas definições para os termos são bastante semelhantes às trazidas por Mesquita (2007) – *Hiperônimo*: “relativo a ou vocábulo que estabelece uma relação de sentido mais genérico com outro de sentido mais específico [...] superordenado”

(MICHAELIS); “Termo com sentido mais genérico em relação a outro mais específico. Relativo ao termo cujo sentido é mais genérico que outro” (DICIO). – Hipônimo: “Em uma relação de hiponímia, diz-se de ou termo de significado mais específico que outro mais genérico” (MICHAELIS); “Termo com sentido mais específico em relação a outro com o sentido mais genérico. Relativo ao termo cujo sentido é mais específico que outro” (DICIO).

Embora as definições dicionarizadas estejam claras, essas fontes falham, quando indicam que o antônimo de hiperônimo é o *hipônimo* (ex.: Michaelis e Dicio) e vice-versa (Dicio). Entendo que, pela relação de superordenação daquele sobre este e, conseqüentemente, de subordinação deste àquele, esses conceitos linguísticos não podem ser antônimos, pois semanticamente não são contrários nem opostos, mas ligados, simultaneamente. Os próprios exemplos de hiperônimo e hipônimos exibidos pelos dicionários nos permitem refutar a ideia de que esses tipos de termos são antônimos. Basta atentarmos para suas relações de superordenação/subordinação e de abrangência/especificidade:

Exemplos de hiperônimos:

Flor [...] hiperônimo de rosa, margarida, dália etc. (Michaelis)

Felino é hiperônimo de gato. (Dicio)

Flor é hiperônimo de margarida (Dicio)

Exemplos de hipônimos:

Limão é hipônimo de cítrico. (Michaelis)

Maçã é hipônimo de fruta. (Dicio)

Sapo é hipônimo de anfíbio. (Dicio)

Rosa é uma flor; rosa não é antônimo de flor; flor não é o antônimo de rosa. Cítrico é uma qualidade de uma fruta; cítrico não é antônimo de limão; limão não é antônimo de cítrico.

A estrutura do raciocínio com o qual entendemos quando um lexema é sinônimo de outro é: “se x é um hipônimo de y e y um hipônimo de x, então x e y são sinônimos” (LYONS, 1977, p. 236). Na fase de análise paradigmática da APS, não se admite redundâncias por meio de classificações sinonímicas, pois tudo que é sinônimo cabe dentro de um mesmo hipônimo ou hiperônimo.

Diferentemente do raciocínio subjacente ao sinônimo (de relações intransitivas entre os lexemas), a “hiponímia é uma relação transitiva. Se x é um hipônimo de y e y é um hipônimo de z, então x é um hipônimo de z” [...] Dois exemplos: ‘vaca’ é hipônimo de ‘mamífero’ e ‘mamífero’ é um hipônimo de ‘animal’ (LYONS, 1977, p. 236); ‘carro esportivo’ é um hipônimo de ‘carro’ e ‘carro’ por sua vez é um hipônimo de veículo (RIEMER, 2010).

Na Semântica, consideram-se analíticas as expressões que informam a relação entre diferentes tipos de lexemas. Ex.: “Tulipa é um gênero de flor” (LYONS, 1977, p. 236).

z = Animal
y = Mamífero
x = vaca

Também:

z = Fauna
y = Animal
x = vaca; x = arara; x = cobra; x = sapo; x = abelha

Quando um hiperônimo (lexema superordenado) se aplicar a mais de um hipônimo, aceitam-se expressões como estas: “vacas e outros (gêneros de) animais”; “tulipas e outros (gêneros de) flores” (LYONS, 1977, p. 236). Nas relações entre lexemas, um pode ser hipônimo de outro ou dois (ou mais) lexemas podem ser co-hipônimos (ex.: *vaca, arara, cobra, sapo, abelha* são co-hipônimos de *Animal*).

As referências especializadas trazem exemplos de hipônimos e hiperônimos predominantemente em termos nominais concretos. Lyons (1977) inclui verbos como classe possível para ambos tipos de relação de sentido. Exemplo: para o hiperônimo “obter”, os hipônimos *comprar, roubar, pedir emprestado, alcançar, ganhar, apanhar, encontrar, agarrar, arranjar*, etc. (p. 241).

Na Semântica, diz-se que funciona bem a classificação de substantivos concretos pelo teste da formulação (X é um tipo de Y) e que, quando se trata de substantivos abstratos, em especial ligados a emoção, pensamento ou opinião, isso é “metafisicamente mais desafiador” (CANN, 2011, p. 456). Acrescento, a seguir, exemplos de hiperônimos e hipônimos, por meio de substantivos abstratos e verbos. Atente-se para sua relação de superordenação/subordinação, abrangência/ especificidade.

Hiperônimos	Hipônimos
Cognição	Atenção, concentração, memória, inteligência, pensamento
Emoções	Alegria, tristeza, medo, vergonha, raiva
Sentimentos	Ternura, amor, desprezo, ódio
Atitudes	Dedicação, interesse, cuidado, respeito
Atributos humanos	Cognição, emoções, sentimentos, atitudes, força, destreza
Pensar	Analisar, sintetizar, discriminar, predizer, hipotetizar, inferir

Semanticistas recorrem à representação esquemática das relações entre hiperônimo e hipônimos em formas de raiz ou ramificações. Retiro de Lyons (1977, p. 239) e Mansouri (1985, p. 76), respectivamente, a título de ilustração, apenas as linhas que estruturam as representações de relações entre lexemas:

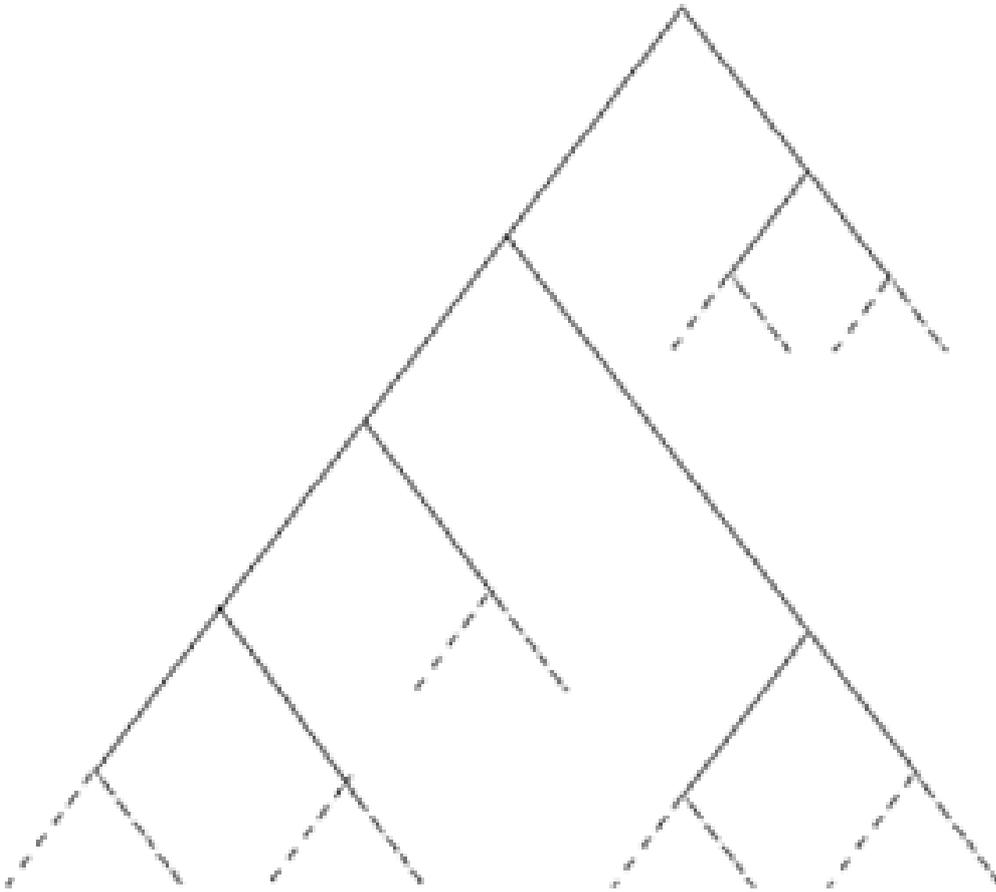


Figura 5 – Forma de ilustração visual adota por Lyons (1977)

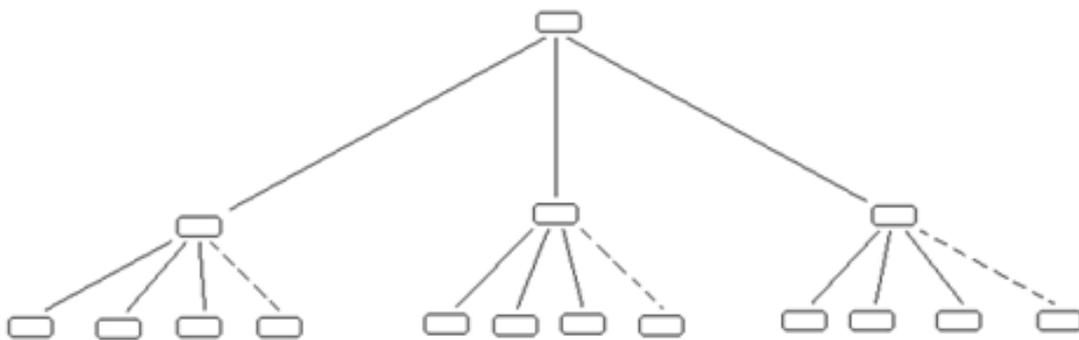


Figura 6 – Forma de ilustração visual adota por Mansouri (1985)

Segundo Lyons (1977), “em certos casos, um hipônimo encaixa o sentido de um modificador adjetival e combina-o com o sentido do lexema superordenado” (p. 236). Por exemplo, ao se considerar um gênero de animal, este pode ser “muito perigoso” (p. 236). “Isto não significa que o hipônimo seja sempre equivalente, ou sinônimo, de um sintagma em que o lexema superordenado seja modificado por meio de um ou mais adjetivos” (p. 236).

No extrato de grade analítica de Senefonte (2014), temos, da esquerda para direita: o hiperônimo (gírias e ensino, na coluna Dimensões), uma série de hipônimos (na coluna Categoria). Todos hipônimos em uma mesma coluna se inter-relacionam como co-hipônimos. Na terceira coluna, lemos outra série de hipônimos (que na APS denominamos sub-hipônimos). Nessa coluna, os hipônimos, em alguns casos, são modificados por adjetivo (ex.: restrito, positivo, negativo, real, virtual, livre, contextualizado, metodológica). As células das duas últimas colunas à direita (que exibem vazias) destinam-se à indicação da localização dos dados referentes às classificações.

Dimensões	Categoria	Subcategoria		[linhas]		
				Zara	Valentina	
GÍRIAS E ENSINO	Campo Semântico de Gírias	Restrito				
		Ausência de Resposta				
	Concretização em sala de aula	Positiva				
		Negativa				
	Método	Real	Livre e contextualizado			
		Virtual	Materiais			
			Forma de interação			
	Dificuldades	Semântica				
		Desatualização				
		Metodológica				
	Potenciais	Atratividade e Importância				

Fonte: Senefonte (2014, p. 163).

Em Chimentão (2016), em uma de suas grades analíticas, lemos o hiperônimo (O Si) na primeira linha, abrangendo as colunas Categorias (hipônimos), Subcategorias (sub-hipônimos) e Participantes. Note-se que a coluna Categorias é preenchida com hipônimos nominais (êxito próprio, ganho); a de Subcategorias, com hipônimos da classe nominal (superação, relacionamento interpessoal, habilidades, integração, formação) e também com hipônimos adjetivais (cognitivo, profissional, experiencial, contextual, identitário).

O SI			
Categories	Subcategorias		Participantes
ÊXITO PRÓPRIO	Profissional		
	Superação		
GANHO	Relacionamento Interpessoal		
	Cognitivo	Experencial	
		Contextual	
	Profissional	Habilidades	
		Integração	
		Formação	
Identitário			

Fonte: Chimentão (2016, p. 177)

Lyons (1977, p. 236) salienta, também, que “os verbos, adjetivos, advérbios e outras partes do discurso não podem ser inseridos na formula ‘x é um gênero de y’ sem nominalização prévia” – observação conservada por Mansouri (1985). Em uma das grades analíticas relativas a uma (de três) dimensões depuradas pela pesquisadora, Coradim (2015) subordina os classificações hiponímicas (da 1ª fase à 5ª) a um hiperônimo (Dimensão Ação). Note-se o emprego de hipônimos modificados por adjetivos (ex.: *pedagógica discente*, *pedagógica docente*).

AÇÃO				
1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase	5ª fase
Ação pedagógica discente	Ação pedagógica discente	Ação pedagógica discente		
Ação pedagógica docente	Ação pedagógica docente	Ação pedagógica docente	Ação pedagógica docente	
Alternativa	Alternativa		Alternativa	Alternativa
Impedimentos	Impedimentos	Impedimentos	Impedimentos	
Incerteza	Incerteza		Incerteza	
		Modo de trabalho	Modo de trabalho	Modo de trabalho
Planejamento	Planejamento	Planejamento	Planejamento	
Projeção (ação)	Projeção (ação)	Projeção (ação)	Projeção (ação)	
Recurso didático	Recurso didático	Recurso didático		Recurso didático

Fonte: Coradim (2015, p. 317).

Na grade analítica extraída de Egido (2018), lemos seu uso de sub-hipônimos nominais (suficiência, insuficiência – subordinados ao hipônimo retrospecção; e tradição e inovação, subordinados ao hipônimo prospecção) e dois adjetivais (científico, didático – subordinados ao hipônimo prospecção). Ambos hipônimos (retrospecção e prospecção) e seus sub-hipônimos estão ligados a um hiperônimo (cognição).

Hiperônimo	Hipônimos	Sub-hipônimo	Excerto
COGNIÇÃO	Retrospecção	Suficiência	
		Insuficiência	
	Prospecção	Tradição	
		Inovação	
		Científico	
		Didático	

Fonte: Egido (2018, p. 92-94)

Com respeito a encaixamentos com “outras partes do discurso” (LYONS, 1977, p. 236), no quadro analítico de D’Almas (2016), os hipônimos e sub-hipônimos foram elaborados para responderem uma pergunta de pesquisa que implica no hiperônimo *Desenvolvimento*. No quadro que trago para esta ilustração, as circunstâncias (Coluna instâncias), isto é, outra parte do discurso (nos termos de Lyons), são delimitadas temporalmente (Pré e Pós). A compreensão dessas instâncias é possível em razão de que a nominalização é feita tanto na pergunta da pesquisa (exibida no topo do quadro analítico) quanto nas colunas de hipônimos adjetivais (Coluna Temas) e sub-hipônimos nominais (Coluna Experiências).

Que sentido(s) de desenvolvimento pessoal e profissional os relatos das participantes me permitem interpretar como reflexo de seu letramento crítico?			
Temas	Instâncias	Experiências	Localização nos dados
PESSOAL	Pré-LC	Passividade	
	Pós-LC	Empoderamento	
		ganhos de fundo cognitivo positivo (equilíbrio, segurança, satisfação pessoal)	
PROFISSIONAL	Pré-LC	passividade	
		bloqueio cognitivo e emoções negativas	
	Pós-LC	empoderamento	
		ganhos de fundo cognitivo positivo (confiança, consciência)	
	Expansão de escopos		

Fonte: D'Almas (2016, p. 269).

Saliento que a Semântica não sugere o uso conceitual de hiperônimo e hipônimo para análise qualitativa de linguagem humana. Para a Linguística, esses conceitos são importantes em questões de aprendizagem de língua e, principalmente, para a elaboração de dicionários, porque um termo remete a outro (cf. CRYSTAL, 1995).

Embora hiperônimo e hipônimo estejam descritos e explicados na Semântica, quando iniciei os trabalhos com a APS, tal conhecimento serviu, especial e prontamente, para clareza de pensamento analítico e não reprodutivo e/ou espelhado dos dados. Esses conceitos iluminaram mas não prescreveram que os caminhos analíticos se configurariam de tal modo que vêm a confirmar certas delimitações oferecidas pela Semântica.

Em razão do volume de dados das pesquisas que venho realizando e tenho orientado, as classificações analíticas têm sido feitas principalmente em grades, que permitem anotações relativas à localização de evidência nos dados. Nas formas de apresentação típicas da Semântica, da ligação entre lexemas, as quais lembram raízes ou ramificações (e.g. LYONS, 1977; MANSOURI, 1985; CANN, 2011), não há espaço físico para as anotações possibilitadas pelo formato grade adotado pela APS.

Por isso, ressalto que a Linguística tem grande importância para a APS, um papel de iluminação conceitual em sua fase paradigmática. Isso não significa, de modo algum, que os resultados de uma análise devem ser comunicados com termos metalinguísticos. No meu entendimento, essa metalinguagem deve ficar restrita à fase de exame, leitura, interpretação e classificação dos dados.

Esperando que a distinção entre hiperônimo e hipônimo esteja suficientemente clara, entendo que o lugar desse detalhamento informativo e ilustrativo seja mesmo neste

apêndice, pois, de outro modo, poderia subtrair do leitor atenção para os elementos ontológico, epistemológico, metodológico e ético constituintes da APS.

REFERÊNCIAS

CANN, R. Sense relations. In: MAIENBORN, C.; HEUSINGER, K.; PORTNER, P. (Ed.). *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. v. 1. Handbook of Linguistics and Communication Science, Mouton de Gruyter, 2011. p. 456-478.

CHIMENTÃO, L. K. *Triangulação por instrumentos humanos de categorias iniciais de pesquisa doutoral*. Grupo de Pesquisa Linguagem e Poder. Universidade Estadual de Londrina, 2014.

CHIMENTÃO, L. K. *Entre quatro binários: um estudo sobre desenvolvimento profissional docente*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CHRISTIANS, C. G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. L.; LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006 [1994]. p. 141-162.

CORADIM, J. N. *Leitura Crítica e Letramento Crítico: idealizações, desejos ou (im)possibilidades*. 2008. Dissertação (Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CORADIM, J. N. *Triangulação por instrumentos humanos de categorias e dimensões analíticas de pesquisa doutoral*. Grupo de Pesquisa Linguagem e Poder. Universidade Estadual de Londrina, 2014.

CORADIM, J. N. *Ciclos reflexivos alternativos*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1995.

D'ALMAS, J. *Leitura crítica: um estudo da aprendizagem do aluno-professor no contexto de educação inicial*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

D'ALMAS, J. *Triangulação por instrumentos humanos de categorias iniciais de pesquisa doutoral*. Grupo de Pesquisa Linguagem e Poder. Universidade Estadual de Londrina, 2014.

- D'ALMAS, J. *Da passividade à agência: desenvolvimento de professoras como resultado de empoderamento*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- EGIDO, A. A. *Students' assumptions, prejudice, and discrimination in an English language class*. Curitiba: Appris, 2018.
- ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTROCK, M. C. (Ed.). *Handbook of research on teaching*. 3. ed. New York: Macmillan, 2004 [1986]. p. 119-161.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. *Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. Mill Valley, CA: Sociology Press, 1967.
- LOPES, L. M. *Leituras de professores de inglês em formação por meio de atividade embasada no letramento crítico*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- LYONS, J. *Semântica I*. Tradução de Wanda Ramos. Lisboa: Presença, 1977.
- MANSOURI, A. N. H. *Semantic field theory and the teaching of English vocabulary, with special reference to Iraqi Secondary Schools*. 1985. Doctoral thesis (Linguistics) – University of Sheffield. Disponível em: <<https://bit.ly/2pRwRu7>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- MESQUITA, R. M. *Gramática da língua portuguesa*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- PETRECHE, C. R. C. *Educação de professores de língua inglesa no Estado do Paraná: uma metapesquisa*. Projeto de Pesquisa Doutoral em Estudos da Linguagem. Plataforma Brasil. CAAE 64313717.7.0000.5231. Data de submissão: 01 fev. 2017. Aprovado em: 08 fev. 2017.
- REIS, S. Triangulação em pesquisa qualitativa: Consistência, divergência, alternatividade e causas. In: DURÃO, A. B. A. B.; ANDRADE, O. G.; REIS, S. (Org.). *Reflexões sobre o ensino das línguas estrangeiras*. Londrina: Moriá, 2008. p. 87-105.
- REIS, S. Sentidos de letramentos em identidades de alunos professores de inglês: um estudo cognitivo discursivo. In: REIS, S.; CAMPOS, A. G.; SILVA, J. O. (Org.). *Construções discursivas de identidades educacionais*. Londrina: EDUEL, 2014. p. 129-154.
- REIS, S. *Análise paradigmática e sintagmática*. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2yH69ID>>.
- REIS, S.; EGIDO, A. A. Ontologia, epistemologia e ética como determinantes metodológicos em estudos da linguagem. In: REIS, S. (Org.). *História, políticas e ética na área profissional da linguagem*. Londrina: EDUEL, 2017. p. 227-250.

REIS, S.; EGIDO, A. A.; FRANCESCON, P. K. Laboratorio de linguas: para quê e para quem? *Revista de Estudos de Cultura*, v. 7, p. 109-119, 2017.

RIEMER, N. *Introducing Semantics*. New York: Cambridge University Press, 2010.

SCHWANDT, T. Three epistemological stances for qualitative inquiry: interpretivism, hermeneutics and social constructivism. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003. p. 189-213.

SECCATO, M. G. *Incidentes críticos educacionais: vozes de professores em formação sob lentes da linguística aplicada crítica*. Projeto de Pesquisa Doutoral em Estudos da Linguagem. Plataforma Brasil. CAAE 64113417.0.0000.5231. Data de submissão: 13 fev. 2017. Aprovado em: 20 fev. 2017.

SENEFONTE, F. H. R. *Gírias em aulas de inglês? Percepções de professores do Ensino Médio*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SENEFONTE, F. H. R. *Inglês informal: ensino e formação de professores*. Projeto de Pesquisa Doutoral em Estudos da Linguagem. Plataforma Brasil. CAAE: 57569916.0.0000.5231. Data de submissão: 01 ago. 2016. Aprovado em: 08 ago. 2016.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

SUZUMURA, D. *Análise de atividades para leitura crítica em inglês*. 2011. Monografia (Especialização em Língua Inglesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.